

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

-----**FALTAS:**-----

-----**JUSTIFICADAS**-----

----- O Presidente da Câmara informou que o Vereador Abel Girão não podia estar presente, em virtude de estar a representar o município em Sevilha, solicitando que a Câmara justificasse a falta, pelo que a Câmara aceitou. -----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE DE AGOSTO DO CORRENTE ANO.**-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte de Agosto do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse incluído para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 4. Preçário de Venda das Edições Facsimiladas dos Forais de Montemor-o-Velho. -----

----- 5. Indemnização por danos causados no Sistema Informático dos Paços do Concelho. -----

----- 6. Contrato de Prestação de Serviços para as Festas Concelhias. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 15. Conservação e Reparação de Arruamentos nas Povoações: E.N. 111 (Execução de Passeios entre as Rotundas do Intermarché e do Palácio da Justiça - Pedido de Prorrogação de Prazo. -----

----- 16. Intervenção no Espaço Urbano em Montemor-o-Velho: (Largo Diogo de Azambuja e Praça da República) - Pedido de Prorrogação de Prazo. -----

----- 3.1.4 SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO -----

----- 4. Construção e Reparação Pequenos Prolongamentos da Rede de Águas em Diversas Freguesias do Concelho - Pedido de Prorrogação de Prazo. -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1. Atribuição de subsídio à APPACDM de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, para a Sessão Solene do dia oito de Setembro, tinha confirmado a sua presença o Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, que irá presidir aos trabalhos daquela Sessão, e que, como já tinha sido anteriormente deliberado pelo executivo, ia fundamentalmente, ter dois actos considerados de grande solenidade, que eram a apresentação formal do Foral Manuelino, com uma prelecção pela Dr.^a Maria Helena Coelho, e a atribuição das Medalhas de Mérito Cultural às quatro Filarmónicas do Concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, no passado dia vinte e oito de Agosto, tinha sido publicado em Diário da República, a abertura do concurso para a instalação dos semáforos de Quinhendros e de Tentúgal e da rotunda da Lavariz. Iria ultimar um comunicado à população a dar conhecimento daquela matéria.-----

----- Desde vinte e oito de Janeiro que tinham começado todo aquele périplo, com reuniões no ICERR, no IEP, com a visita do Presidente do IEP, em Abril, entrega dos projectos a vinte e sete de Maio, ultimação de um protocolo a quinze de Julho e, finalmente, o lançamento do concurso a vinte e oito de Agosto, com abertura das propostas a trinta de Setembro. -----

----- Independentemente das considerações feitas na ultima reunião, nunca tinha deixado de pressionar e, considerava que, era aí que estava a diferença, pois tinha conseguido fazer com que a publicação tivesse sido antecipada face ao que o ICERR tinha previsto. -----

----- Mais disse que, esperava que a ultimação final

----- O Presidente da Câmara informou que tinha entregue nos serviços, um parecer do Serviço de Bombeiros, que aprovava o projecto de segurança no mercado, e que irá permitir que, com maior celeridade, pudessem responder aos licenciamentos pedidos pelos adquirentes das lojas, que naquele momento já tinham os projectos a decorrer na Câmara.-

----- Mais disse que o projecto do mercado não tinha projecto de segurança e tinham-no feito agora. Tinha sido colhido um parecer que inicialmente tinha sido negativo, não na totalidade, mas em parte. Foram feitas correcções, e finalmente o parecer teve um parecer positivo.-----

----- Como os particulares estavam a desenvolver os seus processos, tinham sido notificados para fazerem os próprios projectos individuais de segurança. Com o parecer obtido, tinha solicitado que imediatamente fosse cancelado o pedido do projecto de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

segurança aos proprietários das lojas, com a excepção da parte que diz respeito à entidade bancária, devido à sua especificidade.-----

----- Em relação ao mercado propriamente dito, já tinha dado indicação aos serviços para que prepararem o processo, para lançarem com urgência, um novo concurso para terminarem o mercado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- Primeira - O Vereador Victor Camarneiro informou que,

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- Primeira - O Vereador António Ramalhete informou que,

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO -----

----- Primeira - O Vereador Emídio Fidalgo informou que,

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Segunda - Informou que, tinha havido um alinhamento da estrada em frente à escola do Tojal, numa zona de muito movimento em Pereira. Aquela zona estava-se a deteriorar e considerava que era conveniente que fosse feita ali uma intervenção com uma certa urgência.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -

----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA

----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre dezanove e vinte e oito de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número -----).

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia dezasseis e vinte e nove de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número -----), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia dezanove de Agosto do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de dois milhões duzentos e treze mil duzentos e vinte e três euros e setenta centimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e cinquenta mil cento e cinquenta e nove centimos e cinquenta e três centimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3 - AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO A ARTUR -----

----- JORGE DE SOUSA PAIXÃO -----

----- O Presidente da Câmara informou que, devido à obra que se encontrava a decorrer na Rua Fernão Mandes Pinto, seria necessária adquirir uma parcela de terreno que iria permitir a inclusão de um local de estacionamento para os autocarros e para o abrigo de passageiros. Na sequência da deliberação de Câmara tomada em vinte e nove de Novembro de dois mil e um, revogada depois pela deliberação de doze de Dezembro de dois mil e um, e depois da negociação que tinha sido mantida com o senhor Artur Jorge Sousa Paixão, propunha ao executivo a revogação das duas deliberações e a aquisição de uma parcela de terreno constituída por trezentos e quarenta e três metros quadrados, dos quais cento e quarenta e um virgula sete metros quadrados eram doados pelo proprietário do terreno destinados ao alargamento do arruamento e construção de passeios públicos, conforme implantação em planta anexa, e os restantes duzentos e um virgula trinta metros quadrados, eram adquiridos pelo valor total de dez mil euros, para colocação de um abrigo destinado a passageiros e acerto de extremas, conforme implantação em desenho anexo (documento anexo à presente acta sob o numero -----). -----

----- A aludida transmissão, fica no entanto sujeita além do pagamento do preço

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

estipulado anteriormente, à verificação cumulativa das seguintes condições: -----

----- a) que o município permita o acesso à restante parcela de terreno, através de passagem executada a nascente do respectivo muro de suporte da plataforma viária, conforme se assinala na planta que se anexa (desenho numero quinhentos e três), cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais, com ressalva de que a passagem terá a largura mínima de um metro e oitenta centímetros, até ao máximo de dois metros e não a que por lapso se encontra ali implantada; -----

----- b) a passagem deverá ser vedada por portão de duas folhas, opaco, à altura do muro confinante, a fornecer e aplicar pelo município, no local indicado na planta anexa; ----

----- c) deverá ainda o município, a suas expensas, proceder à tapagem do poço com tampa em ferro fundido de oitenta centímetros de diâmetro, assegurando a colocação de negativo e manga de rega ao mesmo, ficando o signatário com o direito de utilização da água, enquanto o prédio em causa se mantiver como rústico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade: -----

----- Um - Revogar as deliberações de vinte e nove de Novembro e de doze de Dezembro de dois mil e um; -----

----- Dois - Autorizar a proposta de aquisição da parcela de terreno constituída por trezentos e quarenta e três metros quadrados, do artigo rústico numero trezentos e oito, a Artur Jorge Sousa Paixão, pelo valor de dez mil euros da freguesia de Montemor-o-Velho, dos quais cento e quarenta e um virgula sete metros quadrados eram doados pelo proprietário do terreno destinados ao alargamento do arruamento e construção de passeios públicos, e os restantes duzentos e um virgula trinta metros quadrados, eram adquiridos pelo valor total de dez mil euros, para colocação de um abrigo destinado a passageiros e acerto de extremas. -----

----- Três - a aludida transmissão, fica no entanto sujeita além do pagamento do preço estipulado anteriormente, à verificação cumulativa das seguintes condições: -----

----- a) que o município permita o acesso à restante parcela de terreno, através de passagem executada a nascente do respectivo muro de suporte da plataforma viária, conforme se assinala na planta que se anexa (desenho numero quinhentos e três), cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais, com ressalva de que a passagem terá a largura mínima de um metro e oitenta centímetros, até ao máximo de dois metros e não a que por lapso se encontra ali implantada; -----

----- b) a passagem deverá ser vedada por portão de duas folhas, opaco, à altura do muro confinante, a fornecer e aplicar pelo município, no local indicado na planta anexa; ----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- c) deverá ainda o município, a suas expensas, proceder à tapagem do poço com tampa em ferro fundido de oitenta centímetros de diâmetro, assegurando a colocação de negativo e manga de rega ao mesmo, ficando o signatário com o direito de utilização da água, enquanto o prédio em causa se mantiver como rústico.-----

----- Quatro - Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 4 - PRECÁRIO DE VENDA DAS PUBLICAÇÕES FACSIMILADAS -- DOS FORAIS DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Presidente da Câmara informou que, por não existir preçário, em termos do Regulamento da Autarquia, para a venda da Edição Facsimilada dos Forais de Montemor-o-Velho, e como a obra iria ser apresentada no dia do Município, poderiam surgir pessoas a manifestar interesse na aquisição da obra. Por isso, seria de todo o interesse que a Autarquia definisse o preçário de venda daquela obra. -----

----- Assim, propunha que o executivo aprovasse a quantia de quarenta e cinco euros por exemplar, da venda da Edição Facsimilada dos Forais de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 5 - INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NO SISTEMA ----- INFORMÁTICO DOS PAÇOS DO CONCELHO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente uma informação dos Serviços a dar conta de que, no passado dia vinte e seis, devido a uma sobrecarga no fornecimento de energia eléctrica, supostamente por alterações efectuadas numa baixada do edifício dos Paços do Concelho, ficou danificado diverso equipamento informático e outro, impedindo os serviços de desenvolverem a sua actividade normal. Dado os transtornos que aquela situação acarretava para os serviços e para os munícipes, foi solicitado, naquele mesmo dia, a dois fornecedores que fizessem o levantamento exaustivo das avarias e procedessem à sua reparação e/ou substituição, por forma a resolver a situação o mais rápido possível.-----

----- Mais disse que o próprio empreiteiro da obra, da Firma José Marques Grácio, Lda., já se tinha disponibilizado para colmatar de imediato aquela situação, assumir toda a responsabilidade e fazer o pagamento, directamente ou através da companhia seguradora, dos trabalhos que estava a desenvolver, para que a situação fosse resolvida.----

----- As despesas ascendiam a treze mil cento e quarenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos e aquelas verbas eram imputáveis única e exclusivamente aos bens que tinham

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

sido afectados. Era evidente que os serviços tinham sido prejudicados, mas dada a prontidão com que a firma se tinha interessado em satisfazer rapidamente a prerrogativa criada, se o executivo assim entender, poderiam fazer a reposição pecuniária do equipamento, que entretanto já tinha ultrapassado as lacunas existentes, para que fosse rapidamente satisfeito.-----

----- Assim, propunha que o executivo aprovasse o pedido de indemnização no valor de treze mil cento e quarenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos, à Firma José Marques Grácio, Lda., que danificou por responsabilidade própria o equipamento informático e outro, para que o município fosse ressarcido do montante atrás referido.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando se aquele montante apenas dizia respeito à reparação do equipamento. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que apenas havia a reposição de todo o equipamento. Estavam a falar de PC, de máquinas de calcular, impressoras, etc. O único equipamento que tinha ido para reparação, foi a unidade central, que também tinha sido afectada, cujo orçamento de reparação já estava incluído no montante atrás referido. O restante material não foi para reparação, tendo sido feita a sua substituição. -----

----- Retomou novamente a palavra o Vereador António Ramalhete perguntando se a reposição do material estava a ser feita por um ou dois fornecedores?-----

----- A pedido do Presidente da Câmara interveio o Técnico Superior de Segunda Classe dizendo que, a reposição do material tinha sido feita por dois fornecedores, pois tinham um contrato de assistência com uma empresa e tinha sido aquela empresa a fazer o levantamento no que se referia a PC's, a máquinas de calcular, etc. Em relação ao Sistema Central, a reparação tinha sido feita por uma empresa de Coimbra, que tinha conhecimentos naquela área e a que estava mais perto, para que o problema fosse resolvido o mais rápido possível. -----

----- Tomou a palavra uma vez mais o Vereador António Ramalhete perguntando se a importância seria paga integralmente pelo empreiteiro à Câmara e depois aquela pagaria à empresa que forneceu o equipamento?-----

----- Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo que se tratava de uma questão de celeridade, pois não poderia ter os serviços parados. Mesmo assim houve serviços que estiveram quarenta e oito horas parados e outros setenta e duas horas. Era por isso que dizia que, se o executivo julgasse pertinente, se poderia pedir uma indemnização para além do valor tangível dos equipamentos. Havia danos causados em termos de cidadãos que se dirigiram à Câmara, que não tinham sido céleres no atendimento, que não

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

levaram toda a documentação a que tinham direito, etc., e aquelas questões tinham posto em causa a própria imagem da Câmara e poderiam então exigir que fossem ressarcidos naquela matéria.-----

----- De acordo com o contacto da empresa José Marques Grácio, Lda., aquela estaria disponível para que, assim que a Câmara apresentasse todos os montantes em causa, liquidariam o montante que estivesse em causa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade solicitar à empresa José Marques Grácio, Lda. a indemnização no valor de treze mil cento e quarenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos, pelos danos causados no equipamento informático e outro. - -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 6 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS FESTAS

----- CONCELHIAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dezanove de Julho do corrente ano, que aprovou o orçamento para as Festas Concelhias dois mil e dois, o Presidente da Câmara propôs a aprovação do Contrato de Prestação de Serviços, conforme documento anexo à presente acta sob o numero -----, -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre vinte e vinte e nove de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número -----).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- REGULAMENTO MUNICIPAL DO TRANSPORTE PÚBLICO DE -

----- ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE -----

----- PASSAGEIROS - ENTREGA DE PROPOSTAS -----

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha havido uma audição prévia à Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros - ANTRAL, que tinha manifestado algumas sugestões, que foram depois introduzidas no documento, e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

presentes ao executivo (documento anexo à presente acta sob o numero ----). Se a Câmara considerasse que o documento estava bem elaborado, seria aberta a discussão pública, pelo prazo de trinta dias, nos locais normais de afixação, para que os interessados - cidadão ou empresas - se pudessem manifestar, para que dentro do prazo legalmente instituído, pudessem vir a ter mais um documento importante para a autarquia. -----

----- Esperava nas próximas reuniões de Câmara poder trazer o Regulamento da Publicidade, o Regulamento da Postura de Trânsito e o Regulamento de Taxas e Licenças. ---

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo ter uma duvida, em relação ao artigo oito, da página seis - Locais de Estacionamento. Gostaria de saber se só mesmo na vila de Montemor-o-Velho é que era possível o regime de estacionamento fixo, pois era o que dizia o referido artigo. Porque é que em Arazedo ou na Carapinheira não seria possível também?-----

----- A pedido do senhor Presidente da Câmara interveio a Técnica Superior de Primeira Classe, dizendo que o regulamento, agora em apreciação em fase final, já tinha sido por si mais ou menos delineado no final do mês de Fevereiro, e segundo a sua opinião estava de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei numero duzentos e cinquenta e um barra noventa e oito, de onze de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero cento e cinquenta e seis barra noventa e nove, de catorze de Setembro e Lei cento e seis barra dois mil e um, de trinta e um de Agosto. -----

----- Disse ainda que existiam vinte e uma Praças de Táxis no Concelho, divididas pelas diversas freguesias, as quais na sua maioria têm o estacionamento fixo na própria residência do proprietário, à excepção da Praça de Montemor, que se encontra definida no artigo oitavo do presente regulamento. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, na sua opinião se poderia retirar a palavra "apenas" e deixar em aberto para discussão pública, ou deixar a questão como estava e esperar que fossem os proprietários das praças a dizer que pretendem também um local de estacionamento fixo, em determinada freguesia. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, se devia retirar a palavra "apenas", por considerar que era demasiado redutor. Na sua opinião, as freguesias estavam a crescer, e por exemplo, Arazedo, Carapinheira e Pereira tinham uma dimensão humana muito maior que Montemor. Pensava que se fosse retirado o "apenas", se devia deixar em aberto. O regulamento devia permitir que noutros sítios também fossem criadas mais estacionamentos fixos, noutras freguesias. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Retomou novamente a palavra o Presidente da Câmara propondo ao executivo o envio do documento para discussão pública por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos praticados pelo executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a abertura do inquérito público, a decorrer durante o prazo de trinta dias úteis. A abertura do período de discussão pública deverá ser publicitada convenientemente, não só pela afixação de editais nos locais de aplicação do regulamento, mas também por informação nos jornais locais e noutras publicitações que normalmente davam aso à publicitação dos actos públicos praticados pelo executivo. Finda a discussão pública, deverá ser feita uma ponderação pelos serviços e pelo Gabinete da Presidência, sobre o conteúdo das sugestões apresentadas pelos particulares e elaborada a versão final do regulamento, que deverá ser apresentada ao executivo para aprovação, depois ser presente à Assembleia Municipal e posteriormente publicado na segunda Série do Diário da República. -----

----- Mais informou o Presidente da Câmara que iria dar conhecimento da abertura do inquérito público, através de um ofício, a todos os proprietários de Praças de Taxi no Concelho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre vinte e trinta de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º --

----- 01/92 - PROCESSO N.º 7/2001, REQUERIDO POR JOAQUIM ---

----- ARGEL MARQUES E OUTROS -----

----- Foi presente o pedido de alteração ao alvará de loteamento designado em epígrafe. Da análise efectuada ao pedido, os Serviços verificaram e concluíram que:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Poder-se-á aprovar a solução urbanística com as condicionantes apontadas no parecer técnico numero duzentos e oitenta e quatro, de vinte e três de Agosto de dois mil e dois. ---

----- Neste contexto os Serviços propõem: -----

----- Que em Sede de Reunião de Câmara seja aprovada a solução urbanística - submetida a licenciamento sob o requerimento numero sete, de dezanove de Setembro de Fevereiro de dois mil e um; -----

----- Notificar o requerente, nos termos legais, da decisão desta Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação/parecer técnico dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar a solução urbanística, com as condicionantes apontadas no referido parecer, e notificar o requerente, nos termos legais. -----

----- **3- PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º -** ----- **25/81 - PROCESSO N.º 10/01, REQUERIDO POR RUI MIGUEL** ----- **MONTEIRO SOLES E OUTRA**-----

----- Foi presente o pedido de alteração ao alvará de loteamento designado em epígrafe. Da análise efectuada ao pedido, os Serviços verificaram e concluíram que: -----

----- Poder-se-á aprovar a solução urbanística com as condicionantes apontadas no parecer técnico numero duzentos e oitenta e cinco, de vinte e três de Agosto de dois mil e dois. ---

----- Neste contexto os Serviços propõem: -----

----- Que em Sede de Reunião de Câmara seja aprovada a solução urbanística - submetida a licenciamento sob o requerimento numero dez, de seis de Fevereiro de dois mil e um; -

----- Notificar o requerente, nos termos legais, da decisão desta Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação/parecer técnico dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar a solução urbanística, com as condicionantes apontadas no referido parecer, e notificar o requerente, nos termos legais. -----

----- **3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** -----

----- **3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA.** -----

----- **1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--**

----- **MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE ARAZEDE) - NOMEAÇÃO DA** -----

----- **FISCALIZAÇÃO** -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Eng.^a Técn. Civil.-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

-----2- C.M. ENTRE CASAIS VELHOS E ENTRE VALAS - NOMEAÇÃO -- DA FISCALIZAÇÃO-----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Eng.^a Técn. Civil.-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

-----3- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS ----- POVOAÇÕES (CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DA MADALENA - MONTEMOR-O-VELHO) - NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços o seguinte funcionário: -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro – Eng.^a Civil-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o agente de fiscalização atrás mencionado para a obra em causa.-----

-----4- CASAS PRÉ-FABRICADAS (SANTO VARÃO E GATÕES) - ----- MUDANÇA DE LOCAL COM REINSTALAÇÃO - NOMEAÇÃO DA ---- FISCALIZAÇÃO-----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços o seguinte funcionário: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro – Eng.^a Civil -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o agente de fiscalização atrás mencionado para a obra em causa.-----

----- 5- PARQUE DE MÁQUINAS - CONSTRUÇÃO (1.ª FASE) -----

----- - AUDIÊNCIA PRÉVIA - ARTIGO 101.º DO DECRETO-LEI N.º ---

----- 59/99, DE 2 DE MARÇO -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois de Agosto do corrente ano (audiência prévia nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março), sobre a obra em epígrafe foi presente uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a obra em epígrafe à firma C.M.P.R., Lda., pelo montante de quarenta e nove mil duzentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6- EXECUÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAFICA, PARA A ----

----- ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA NUMÉRICA E ORTOFOTOS DO

----- CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO – RELATÓRIO DE-----

----- ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dois do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Ser sua intenção adjudicar a prestação de serviços em epígrafe à firma IMAER, pelo valor de três mil quinhentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de dez dias. -----

----- Dois – Que seja feita a audiência escrita aos restantes concorrentes nos termos do artigo cento e oito do Decreto-Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove de oito de Junho. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 7- NOVO MERCADO MUNICIPAL - REVISÃO DE PREÇOS-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Foi presente a revisão de preços, relativa à obra em epígrafe, acompanhada de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a revisão de preços da empreitada no total de sessenta e seis mil quatrocentos e setenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----8- CONTRATO ADICIONAL DA EMPREITADA DE: CENTRO-----

----- HISTÓRICO DE TENTÚGAL - RECUPERAÇÃO DO LARGO DA -----

----- CHIEIRA E RELVEIRO - TRABALHOS A MAIS - PARECER DO -----

----- TRIBUNAL DE CONTAS -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que aquando da autorização e aprovação dos trabalhos referentes ao contrato adicional da empreitada em epígrafe (Reunião de Câmara de quinze de Março de dois mil e dois) por lapso não foi mencionado na informação dos serviços que se tornava necessário dispensar o estudo a que alude o artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março, pelo facto dos trabalhos serem superiores a quinze por cento do valor do contrato inicial. -----

----- Porém, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere no sentido de dispensar o estudo atrás mencionado, que permite efectivamente tal dispensa desde que os trabalhos sejam inferiores a meio milhão de contos (dois milhões quatrocentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos Serviços, deliberou por unanimidade dispensar o estudo a que alude o artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março, pelo facto do montante dos trabalhos serem inferiores a meio milhão de contos (dois milhões quatrocentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----9 - INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O -----

-----VELHO: (RUA FERNÃO MENDES PINTO) - TRABALHOS A MAIS- -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Um - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de cento e trinta e um mil quinhentos e noventa dois euros e setenta e dois cêntimos, por um prazo adicional de quarenta e nove dias seguidos. -----

----- Dois – Autorizar a dispensa do estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **10 - INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (LARGO DIOGO DE AZAMBUJA E PRAÇA DA REPÚBLICA) - TRABALHOS A MAIS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de quarenta e um mil e setecentos euros e trinta e seis cêntimos, por um prazo adicional de trinta e sete dias seguidos. -----

----- Dois – Autorizar a dispensa do estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos -----

----- **11 - INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (LARGO DA PORTAGEM DO AUTOCARRO E LARGO MACEDO SOUTO MAIOR) - TRABALHOS A MAIS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante global de quarenta e oito mil trezentos e noventa e sete euros e noventa e quatro cêntimos, por um prazo adicional de quarenta e oito dias seguidos. -----

----- Dois – Autorizar a dispensa do estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- **12 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----
 ----- **POVOAÇÕES: ARRUAMENTOS JUNTO À MISERICÓRDIA E** -----
 ----- **ACESSO À PONTE EM PEREIRA - INFRA-ESTRUTURAS** -----
 ----- **ELÉCTRICAS - SUSPENSÃO DE TRABALHOS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, dando conhecimento da necessidade de suspender os trabalhos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número -----.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Autorizar a suspensão dos trabalhos, com base na informação dos Serviços e nos termos do artigo cento e oitenta e seis do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março com efeitos a partir de vinte de Agosto de dois mil e dois pelo tempo necessário, isto é, a obra deverá ser recomeçada logo que haja condições para isso, dado que os trabalhos que faltam realizar apenas poderão ser executados após a conclusão da empreitada de “Conservação e Reparação de Arruamentos nas Povoações: Arruamentos junto à Misericórdia e Acesso à Ponte em Pereira”, adjudicada à firma A M Cacho & Brás, Lda -----

----- Dois – Que seja apresentado novo plano de trabalhos logo que a obra seja reiniciada; -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **13 - A 14 - SUB-LANÇO SANTA EULÁLIA/COIMBRA (NORTE)** ---
 ----- **- TRECHO 1 - ILUMINAÇÃO DA ROTUNDA DE ARAZEDE** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente um ofício da Direcção de Estradas de Coimbra a solicitar o seguinte: -----

----- Um – A remessa àquela Direcção de Estradas do projecto de iluminação, de preferência um original, logo que esteja disponível, a fim de eventuais acertos ou completagens; -----

----- Dois – A manifestação desta edilidade na disponibilidade ou não na exploração e manutenção do sistema de iluminação pública da rotunda de Araze de, assumindo o ICERR a construção, tentando aquela Direcção de Estradas executar a obra ainda no corrente ano, dado o alto nível de sinistralidade existente no local. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação à rotundas se atrevia a propor que fosse solicitado um estudo de imagem das rotundas, pois considerava que aquelas eram um elemento importante. -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Relativamente ao primeiro ponto tomar conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Relativamente ao ponto dois a Câmara assumir os encargos decorrentes da exploração e manutenção do sistema de iluminação pública da rotunda da EN trezentos e trinta e cinco – Variante de Arazede, quando a obra se encontrar concluída. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **14 - PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DA EREIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM POLIDESPORTIVO** -----

----- Foi presente o protocolo em epígrafe acompanhado de um ofício da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro. Posto o problema, o Presidente da Câmara, disse que, com vista a se poder desafectar o local da REN, tornava-se necessário que fosse deliberado por esta Câmara Municipal, o interesse publico do Polidesportivo em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o interesse publico do Polidesportivo em causa, devendo-se informar a Junta de Freguesia e a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **15 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS POVOAÇÕES: E.N. 111 (EXECUÇÃO DE PASSEIOS ENTRE AS ROTUNDAS DO INTERMARCHÉ E DO PALÁCIO DA JUSTIÇA) - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a treze de Setembro de dois mil e um e término a trinta de Janeiro de dois mil e dois. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **16 - INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (LARGO DIOGO DE AZAMBUJA E PRAÇA DA REPÚBLICA) - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso uma prorrogação de prazo de execução da obra em causa, por um período de sessenta dias com início a três de Julho de dois mil e dois e terminus a trinta e um de Agosto de dois mil e dois.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS** -----

----- **PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS** -----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) – NOMEAÇÃO DA**-----

----- **FISCALIZAÇÃO** -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Maria Isabel Cunha da Silva P. C. Castanho – Eng.^a Técnica Civil-----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Eng.^o Técn. Civil. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

----- **2 - PROLONGAMENTO E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS: --**

----- **REDE DE DRENAGEM DA ZONA DESPORTIVA E DO MERCADO-**

----- **GROSSISTA DA CARAPINHEIRA - NOMEAÇÃO DA** -----

----- **FISCALIZAÇÃO** -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Maria Isabel Cunha da Silva P. C. Castanho – Eng.^a Técnica Civil-----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Eng.^o Técn. Civil. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

----- **3 – RECTIFICAÇÃO DO PONTO UM DO SECTOR DE** -----
 ----- **SANEAMENTO BÁSICO, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE -** -----
 ----- **JULHO DE 2002**-----

----- Foi presente para rectificação o ponto um do Sector de Saneamento Básico da acta da reunião ordinária de dezanove de Julho do corrente ano dado que, em relação ao processo de concurso de “Exploração, Manutenção e Conservação das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Pereira do Campo, Tentúgal e Carapinheira/Meãs, houve um lapso na legislação mencionada, assim onde se lê “elaborado nos termos do numero do artigo noventa e oito do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março”, deve ler-se “elaborado nos termos do artigo cento e sete do Decreto-Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove de oito de Junho”.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto um do Sector de Saneamento Básico da acta da reunião ordinária de dezanove de Julho do corrente ano de acordo com o atrás exposto. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **4 – CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS**-----
 ----- **PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS**-----
 ----- **FREGUESIAS DO CONCELHO - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE** -----
 ----- **PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número _____. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a quinze de Agosto de dois mil e dois e término a catorze de Setembro de dois mil e dois. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

-----**4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO EQUESTRE DE** -----
 ----- **MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio ao Centro Equestre de Montemor-o-Velho, no valor de três mil euros.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4.2. DIVISÃO DE DESPORTO**-----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **1- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA ---**

----- **DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL -----**

----- **(APPACDM - MONTEMOR-O-VELHO) -----**

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio À Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Montemor-o-Velho, no valor de mil duzentos e cinquenta euros. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

----- **1- TRANSPORTES ESCOLARES -----**

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos Serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade comparticipar em cem por cento os transportes dos alunos Tiago Filipe Ferreira da Silva, Sónia Patrícia Angelo Costa, Catarina Isabel da Silva Santos, Tiago Daniel Oliveira Angelo, Ana Maria Pereira Ferreira Cação, Paulo Manuel Reis Figueiredo, Paula Sofia Reis Figueiredo, Nelson Cardoso da Cunha, Mário João Azenha, Pedro Dinis Silva Pereira, Jessica Sofia Monteiro Teixeira, Filipe Simões Teixeira, Sónia Patrícia Ferreira Cação, Isabel Filipa Ramos Paixão, Fábio Alexandre Ramalho de Jesus, Marco Alexandre de Jesus Bernardes, Vanessa Sofia Ferreira da Silva, Miguel Freitas Angelo e Pedro Alexandre da Solva Costa, residentes no lugar de Bebedouro, freguesia de Arazede, por se encontrarem na escolaridade obrigatória. -----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----**

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- **ENCERRAMENTO -----**

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas quinze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

responsabilidade da Técnica Superior de Primeira Classe, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

----- **14 - PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE**
----- **FREGUESIA DA EREIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM**-----
----- **POLIDESPORTIVO** -----

----- Foi presente o protocolo em epígrafe acompanhado de um ofício da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro. Posto o problema, o Presidente da Câmara, disse que, com vista a se poder desafectar o local da REN, tornava-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Agosto de 30

se necessário que fosse deliberado por esta Câmara Municipal, o interesse publico do Polidesportivo em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o interesse publico do Polidesportivo em causa, devendo-se informar a Junta de Freguesia e a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----